


[SIGA A VOZ DO CIDADÃO](#)


busca

Editorial

[Editorial da Semana](#)

A Voz do Cidadão

[O que é a Voz do Cidadão](#)
[Programas desenvolvidos](#)
[Quem faz](#)
[Apoios](#)
[Nossos parceiros](#)
[INGs: Cidadania Exemplar](#)
[Oficinas de Cidadania](#)
[Prestação de contas](#)

O que é Cidadania

[Os 10 mandamentos](#)
[Direitos dos Cidadãos](#)
[História da Cidadania](#)

A Voz do Cidadão na mídia

[Jornais](#)
[Televisão](#)
[Rádio Globo](#)
[Rede CBN](#)
[Clipping](#)

Agenda da Cidadania

[Voltar para a Agenda](#)

"Espera-se que as autoridades recuperem este Bem Público tombado"

Jardim Botânico do Rio: verdades e mentiras – legais

Por *Sonia Rabello* *

Publicado no site da Sônia Rabello, em 31/08/2012

Existe uma falsa incompatibilidade entre a preservação da área do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o “direito” de moradia das famílias que têm suas casas dentro daquele bem público federal. As moradias podem e devem ser construídas em outro local fora do JB; mas o Jardim Botânico não pode sair de onde está.

Se o Jardim Botânico, o seu espaço público, é protegido por leis especiais – pelo tombamento, pela lei de unidades de conservação, pelo Plano Diretor da cidade do Rio – este espaço é **inegociável** pelas autoridades de plantão, sejam elas federais ou municipal. E as autoridades executivas federais, sejam elas quais forem, não têm, legalmente, poderes de dispor, ou não, dos espaços do Jardim Botânico do Rio.

Isso porque a área do Jardim Botânico está, por lei, afetada (destinada) às suas atividades de uso comum do povo e de uso especial científico. Portanto, só lei federal específica poderá autorizar qualquer forma de alienação de parte do Jardim Botânico. É este o fundamento da decisão dos dois ministros do Tribunal de Contas da União, que já se pronunciaram sobre o assunto, e que acolheram o pedido contido na petição que ajudei a escrever e fundamentar, junto com a AMA-JB há mais de um ano.

Todos sabemos que o que não falta no Rio são terras públicas vazias, federais, estaduais e municipais. Elas têm sido fartamente [doadas a grandes empresas como à General Electric](#), empresas construtoras, trocadas por equipamentos olímpicos e vendidas para fazer caixa de governo.

Por que não são destinadas à habitação social, como deveriam ser? Por que os governos preferem a atitude cômoda de pseudo defender o “direito” de moradia em áreas onde ele é ilegal, e não se comprometem em realizá-lo nas imensas áreas públicas nas quais desenvolvem projetos milionários, como no Porto do Rio ou no Parque Olímpico, onde pretendem desalojar famílias pobres com título de propriedade (Vila Autódromo)?

Embora agora o assunto tenha tomado as manchetes dos jornais, especialmente com o anúncio da saída do seu diretor Liszt Vieira, o direito da população do Rio, e do Brasil, de ver preservada a integridade daquele bem público destinado e afetado a um uso comum e especial de pesquisa, já vinha sendo buscado há anos na Justiça Federal. E esta, a Justiça Federal já vem reconhecendo este direito em processos judiciais, nos quais dá à União, como representante do interesse público, o direito de retomar os espaços públicos do Jardim Botânico para o uso público para o qual foi criado há mais de 200 anos.

Portanto, se as ocupações para moradias dentro do Jardim Botânico foram fruto da desídia de autoridades

Participe

Manifestos

Indique Cidadão Exemplar

Cidadãos Exemplares

Flagrantes da Cidadania

Defesa do Eleitor

Mandato Cidadão

Memória Política

Memória da Impunidade

Responsabilidade política

Mural do Cidadão

Blog do Maranhão

Tome Conta do Brasil

Voto Livre

Saúde Pública

Enquetes

Associe-se

Informações sobre Cidadania

Agenda da Cidadania

Bibliografia

Artigos

Citações

Links dos Cidadãos

Órgãos Públicos

Entidades Privadas

Materiais de Campanha

Downloads

Lojinha

Texto-guia

Receba nossos informativos



públicas no passado, não podemos, agora, em plena era histórica de julgamento do mensalão, compactuar com “mensalões fundiários”, sob o falso discurso do “direito à regularização”. Regularizar o ilegal?

Espera-se que não só a União, como também a Prefeitura, que usa e abusa da glória de termos merecido do título de patrimônio mundial – paisagem cultural – providenciem, através de um plano de curto e médio prazo, a recuperação integral deste Bem Público tombado, unidade de conservação, afetado ao uso comum do povo, e a estudos e pesquisas.

Leia mais sobre a questão do Jardim Botânico [aqui](#).

** Sônia Rabello é professora titular de direito na UERJ e vereadora do município do Rio de Janeiro.*

18/9/2012

Todas as agendas para a categoria "":

Redes de entidades sociais ajudam a monitorar a aplicação das leis

Em sua coluna de hoje, Merval Pereira fala do Mandato Cidadão e das leis que permitiram a mobilização pela moralidade no serviço público

2/3/2012

"Mas o que é a felicidade, indagam os filósofos?"

Em "Filosofia de Carnaval", Saturnino Braga aproveita o feriadão para discorrer sobre ciência, religião, felicidade e as diferentes filosofias

27/2/2012

A única forma de melhorar o sistema é expor suas mazelas à sociedade

Em "Mazelas expostas", Índio da Costa alerta para poderosas forças no Congresso Nacional que tentarão mudar a Lei Ficha Limpa ao longo dos anos

27/2/2012

"A solução parece óbvia: fortalecer ainda mais o CNJ"

Em "Isso é punição?", Ricardo Ferraço questiona a punição de aposentadoria compulsória a magistrados, a máxima pena que o CNJ pode aplicar

24/2/2012

"Cantar, dançar, pular, quanto maior a dose de loucura, maior o prazer"

Em "Carnaval", Paulo Guedes discorre sobre a loucura que aproxima velhos e crianças, e ameniza o árduo caminho do homem neste mundo

23/2/2012

O ser humano é, em maior ou menor grau, sugestível

Na décima parte de seu "Diálogo entre Sócrates e Freud", Mario Guerreiro fala de projeção afetiva, teste Rohrschach e representações mentais



17/2/2012

Brasil é o país onde empresas mais gastam tempo com burocracia tributária

Em "Burocracia tributária", Marcos Cintra alerta para os efeitos nocivos de um fatiamento de reforma tributária, com alterações pontuais

16/2/2012

A instituição do voto pela internet virá, mas atrasada

Em "Voto pela Internet", Pedro Cardoso da Costa comenta avanços e erros da Justiça Eleitoral em relação ao uso da internet

13/2/2012

Instituições de controle do estado devem se mostrar mais ativas

Em "Moralidade, além da legalidade", Jorge Maranhão critica a "desculpa" da legalidade contra a imoralidade de ações de membros do Judiciário

10/2/2012

Prefeitura deixa a desejar na organização do carnaval carioca

Em "Prefeitura desafinada", Andrea Gouvea Vieira aponta irregularidades na organização dos desfiles das Escolas de Samba, feita pela Prefeitura do Rio

9/2/2012



O Instituto de Cultura de Cidadania A Voz do Cidadão é certificado como OSCIP desde 23/06/2005

Desde 15/01/03, **5236605** acessos de cidadãos e cidadãs a este portal © Propaganda Professa